



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ZAILENE DE AQUINO CAROLINO

**RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO,
DIÁLOGO COM PROFESSORES E ALUNOS**

CAJAZEIRAS - PB

2008

ZAILENE DE AQUINO CAROLINO

**RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO,
DIÁLOGO COM PROFESSORES E ALUNOS**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Plena em Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Professora Dr^a Risomar Alves dos Santos.

CAJAZEIRAS - PB

2008



C292r Carolino, Zailene de Aquino.
Racismo, preconceito e discriminação, dialógico com professores e alunos / Zailene de Aquino Carolino.- Cajazeiras, 2008.
60f.: il.

Monografia(Licenciatura em Pedagogia) Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, 2008.
Contém Bibliografia.
Não disponível em CD.

1. Preconceito racial. 2. Racismo. 3. Discriminação na educação. 4. Formação de alunos negros. 5. Formação de professores negros. I. Santos, Risomar Alves dos. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título

CDU 316.347

ZAILENE DE AQUINO CAROLINO

**RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO, DIÁLOGO COM
PROFESSORES E ALUNOS**

Monografia aprovada em 03, abril de 2008.



Risomar

Orientadora – Professora Doutora Risomar Alves dos Santos

CAJAZEIRAS- 2008

“Nem tudo o que escrevo resulta numa realização, resulta mais numa tentativa. O que também é um prazer. Pois nem tudo eu quero pegar. Às vezes, quero apenas tocar. Depois, o que toco às vezes floresce e os outros podem pegar com as duas mãos”.

Clarice Lispector

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAJAZEIRAS - PARAÍBA

DEDICATÓRIA

Para os meus pais Zilmaú Carolino de Souza e Maria de Aquino Carolino.

Aos meus irmãos Zairtom, Zaersom, Zaíra e Zilmara e ao meu sobrinho Nicolás Rian.

À todos que me apoiaram, estimularam e acreditaram no meu trabalho, em especial a Lucivaldo.

Aos estudantes que participaram deste trabalho, a diretora, professores e funcionários da escola-campo de estudo que de diferentes modos contribuíram para a realização desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelas maravilhas feitas em minha vida, e que continue sendo o meu porto seguro, necessário em todos os instantes. Obrigada pelo amor e proteção;

À nossa Senhora de Aparecida, minha Santa protetora de todas as horas e inspiração para meu trabalho;

À minha família, pela confiança, amor e dedicação durante toda a vida. Em especial: Zilmaú e Carminha “pai e mãe, ouro de mina” (Djavan).

Aos professores e professoras agentes da minha Formação Acadêmica, que com toda dedicação me passaram conhecimentos, sabedoria, experiências, em especial a Lis de Maria e Risomar Santos, que deram estímulos de amigas, além de momentos de empenho no ensino;

Aos amigos de aulas e convívio estudantil e pessoal.

À Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Crispin Coelho, que foi meu campo de estágio;

As crianças e professores da Escola citada, principais agentes deste trabalho.

SUMÁRIO

RESUMO.....	09
INTRODUÇÃO.....	10
1-HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	13
1.1 - Identidade.....	16
1.2 - Conceitos de: raça, racismo, e preconceito.....	18
1.3 - Conquistas dos povos negros.....	24
2- A FORMAÇÃO DE ALUNOS E PROFESSORES E SUA PARTICIPAÇÃO NEGRA NAS ESCOLAS.....	27
2.1 - A influência da mídia e dos livros didáticos na prática racista.....	29
2.2 - Breve explanação sobre aplicabilidade da Lei 10.639/03 nos currículos brasileiros.....	33
3- CARACTERIZANDO A ESCOLA E ANALISANDO EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO.....	37
3.1. - Identificação e Histórico da escola.....	37
3.2 - Perfil do Corpo Docente e Discente.....	38
3.3 - O professor diante do universo da diversidade racial em sala de aula: desafios.....	39
3.4 - Mediação didática: percepção da diversidade racial.....	44
CONSIDERAÇÕES.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52
ANEXOS.....	55

RESUMO

Este trabalho monográfico é uma exigência do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande. Neste tecemos reflexões sobre o preconceito, o racismo e as discriminações em forma de diálogo com professores e alunos. A pesquisa registrada nesta monografia foi desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Crispin Coelho, no último período do curso de Pedagogia e teve como objetivo identificar compreensões de preconceito, racismo e discriminação em sala de aula com professores e alunos e sua repercussão na escola como um todo. O interesse pela pesquisa com relações étnico-raciais deu-se pelo interesse em mostrar a história da construção da identidade negra, suas raízes, valores, e ainda discutir sobre uma sociedade inclusiva que vem sendo gestada desde o início deste milênio. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica e a pesquisa-ação, ambas de quinho quali-quantitativo. Os instrumentos de coleta de dados foram a observação participante e o questionário. Busca-se-á Contribuir com este trabalho para a sensibilização de quem faça sua leitura, em prol de uma sociedade democrática, onde o tratamento com negros, brancos, indígenas seja equânime, uma escola em que os direitos sejam respeitados, onde alunos, professores, e demais funcionários, independente de sua cor e diferenças possam entrar e circular livremente sem que haja piadinhas pejorativas, de qualquer outra forma de discriminação.

Palavras chave: racismo, preconceito, discriminação, professores, alunos.

INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico é uma exigência do curso de formação de professores/as, Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande. Nele teceremos reflexões sobre a História do negro no Brasil, suas lutas e conquistas; a implementação da Lei 10.639/03 que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira; além de uma reflexão sobre a prática pedagógica discutindo a questão do preconceito racial presente nas escolas e principalmente no seu núcleo, as salas de aulas.

A pesquisa que resultou nesta monografia foi desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Crispin Coelho, localizada em um bairro periférico da cidade de Cajazeiras – PB, no período de novembro a dezembro de 2007.

Com o objetivo de discutir como os professores trabalhavam em sala de aula assuntos ligados a diversidade racial, se existiam debates referente ao preconceito, ao racismo e as discriminações, assim como, qual o entendimento dos educadores sobre a Lei 10.639/03. E ainda, se os mesmo percebem em sala de aula algum tipo de discriminação racial entre os alunos, como se comportam diante do caso.

Analisando a história do negro no Brasil, é perceptível que desde o passado mais remoto as marcas da relação brasileira com esse grupo social, diferenciam-se de outras sociedades. A construção da própria noção de identidade sempre ocorreu por meio da consciência de que existem diferenças entre a nossa cultura e a cultura dos outros. É bom lembrarmos que até por volta da idade média, o preconceito e a discriminação baseavam-se em fatores religiosos, políticos, nacionalidade, na linguagem e não em diferenças biológicas ou raciais.

O racismo, como hoje o conhecemos não aconteceu de um momento para outro, foi se consolidando historicamente, desde os povos colonizadores que utilizaram a mão-de-obra negra escrava para a conquista de riquezas e poderes. Este racismo foi se constituindo como uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos

humanos, partindo do princípio de que umas raças são naturalmente inferiores a outras por apresentar cor da pele ou outros traços diferentes de povos que se consideram superiores.

Sabemos que a interiorização do racismo, do preconceito e da discriminação é social e está presente implícito ou explícito em qualquer instituição socializadora, seja ela na família, na escola, na igreja, na comunidade, evidenciam o mito da democracia racial, apontando as evidências do cotidiano e mostrando que o Brasil ainda não é a democracia racial que gostaríamos que fosse, cabe-nos trabalhar para que um dia venha a sê-lo. Algumas conquistas são válidas, é o caso da aplicabilidade da Lei 10.639/03 e das cotas para negros em cursinhos pré-vestibulares e em universidades, entre outras.

No âmbito da Educação escolar, são comuns atitudes de racismo, preconceitos e discriminações entre os alunos, por meio de frases, ditos populares, piadas preconceituosas e racistas que geram agressões. Algumas atitudes de professores também são consideradas preconceituosas, é o caso de direcionar atenções a uma pessoa mais do que a outra por considerá-la mais inteligente, enfim, são estas pequenas atitudes que dão mais subsídio as práticas discriminatórias.

Neste contexto, torna-se relevante no âmbito das universidades, na formação inicial de educadores, a discussão sobre racismo, preconceito, discriminação e estereótipos que poderão servir para desmistificar compreensões equivocadas resultantes do processo de europeização arraigado ao pensamento dos brasileiros. Para que haja um tratamento equânime entre os povos é necessário que obtenham mais informações sobre culturas, histórias e diversidades raciais.

A cada capítulo desenvolvido nesta pesquisa monográfica, me faz pensar como a sociedade que dela fazemos parte é egoísta, cheia de preconceitos e discriminações com pessoas que saem do padrão imposto pela mesma. Contudo, tomando como referência a escola, de fato, não é tarefa fácil para nós educadores, trabalharmos pedagogicamente e inserirmos no currículo uma discussão profícua sobre a diversidade cultural, de um modo geral, e sobre o segmento negro, em específico, se não tivermos formação e informação sobre estes assuntos. Para que possamos trabalhar temáticas como estas,

devemos além de uma formação inicial nessa área, buscar também uma formação continuada, ou seja, mantermo-nos atualizados com informações sobre a cultura e a história de povos que socialmente são vítimas de discriminação.

Algumas questões merecem nossa atenção, no que diz respeito ao processo formativo dos educadores, são elas: como pode ser trabalhado as questões raciais, a discriminação, o racismo e os estereótipos em situações corriqueiras de sala de aula? Quais os materiais necessários a serem utilizados para que não se reforcem os estereótipos? Os cursos de formação de professores abordam essas temáticas em seus currículos? Qual a nossa contribuição para erradicação de atitudes preconceituosas presentes em salas de aulas?.

A elucidação destas questões, ou parte delas foram a razão de ser desta pesquisa. Para desenvolvê-la a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica¹ e a pesquisa ação², objetivando alcançar os objetivos almejados foi diagnosticado um problema no ambiente escolar e a partir dos dados levantados fez-se a intervenção necessária.

O objetivo desta pesquisa está em identificar compreensões de preconceito, racismo e discriminação na sala de aula, bem como discutir a questão do preconceito racial na visão de professores e alunos e sua repercussão dentro da escola.

O instrumento de coleta de dados foi o questionário, aplicado com quatro professores, com perguntas claras, objetivas e subjetivas, para o diagnóstico e informações sobre o entendimento dos mesmos em relação à diversidade racial; a Lei 10.639/03, bem como quais suas práticas diante da problemática do racismo, do preconceito e da discriminação presentes em salas de aula.

A intervenção deu-se através da prática estagiária desenvolvida com uma turma

¹ Pesquisa bibliográfica - é realizada a partir de um levantamento de material com dados já analisados, e publicado por meio escritos e eletrônicos, como livros, artigos, científicos, paginas da Web sites, sobre o tema que desejamos conhecer. (Matos, 2002: p. 40)

² Pesquisa ação-...além da participação do pesquisador, pressupõe uma ação planejada que deverá realizar-se no decorrer do desenvolvimento. (Matos, 2002: p. 40)

de quarta série, onde em um período de vinte dias, foram realizadas atividades que enfocavam a história do negro brasileiro, bem como o preconceito e as discriminações por ele encarada no dia-a-dia.

Este trabalho organiza-se da seguinte forma: no primeiro capítulo foi abordada a história do negro no Brasil, com subitens que relatam o processo da construção da identidade; conceitos de raça, racismo e preconceitos na visão de alguns autores, além de uma breve explanação das conquistas almejadas pelos povos negros. O segundo capítulo centra-se na formação de alunos e professores e a participação negra nas escolas, relatando a influência da mídia e dos livros didáticos e paradidáticos na prática do racismo e uma breve explanação sobre a aplicabilidade da Lei 10.639/2003 nos currículos brasileiros. No terceiro capítulo foi relatado as análises dos questionários e as experiências do estágio supervisionado, por ultimo, teço considerações referente ao trabalho desenvolvido e apresento propostas de continuidade para outras pesquisas.

1- HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.

A História nos mostra que as sociedades humanas, desde o passado mais remoto, sempre foram marcadas por suas relações com outras sociedades. O racismo como hoje o conhecemos, não surgiu de um momento para outro, mas foi se consolidando historicamente a partir do fato de que povos colonizadores começaram a usar mão - de obra negra escrava para conseguir riquezas e poder, sem custo extra para os brancos colonizadores e opressores.

Os africanos e seus descendentes trabalharam forçado durante quatro séculos, produzindo para a exportação, principalmente açúcar, cacau, algodão e tabaco. Maltratados fisicamente e mal alimentados, a grande população negra escrava, não participava da divisão de riquezas advindas do próprio trabalho. O lucro era direcionado aos senhores donos de escravos. (MOURA, 1994).

Como forma de manifestação, defesa e mudança social, os escravos criaram entre eles vários movimentos de resistência, dentre estes a quilombagem. De acordo com Moura (1994), foi à manifestação mais importante, que se opunha a toda contradição do regime de escravidão. Os quilombos³ eram compostos por negros fugitivos, índios perseguidos, mulatos, entre outros, como mulheres sem profissão, brancos pobres e prostitutas.

Moura (1994), afirma que estudos realizados tendo como requisitos a quilombagem, relatam ter sido um elemento importante no processo de substituição do trabalho escravo pelo assalariado. Com relação às nações americanas é cabível citar o Brasil, a ser considerado segundo Ferreira (2000), como o último a abolir a escravidão em 1888.

Com a libertação, decretada pela princesa Isabel, os escravos segundo Moura (1994, p.62), criaram o isabelismo, "pensamento que reivindicava a defesa da princesa

³ Quilombos- Esconderijo, cidade ou conjunto de povoações em que se abrigavam escravos fugitivos. (Dicionário Aurélio).

regente por acreditarem que ela fosse à personalidade que os redimira da escravidão num ato de bondade pessoal”.

Apesar desta imagem negativa, de ser o último a abolir a escravidão, o Brasil segundo Ferreira (2000), criou a primeira democracia racial. Esta objetivava a convivência equânime entre brancos e negros. Ferreira (2000, p.39) estende sua opinião afirmando que: “Essa concepção, tornada discurso oficial, é na verdade, um mito, hoje questionado pelos brasileiros”. E de acordo com pesquisas feitas por esse autor, o fato questionado da democracia, vem dificultar o combate às injustiças, pois encobre o preconceito, que opera de forma consciente, e às vezes, inconsciente na cabeça e nas atitudes dos indivíduos frente aos grupos étnico-raciais. De acordo com Paula (2005, p. 93),

O Brasil precisa aprender a olhar e ver o Brasil, e entender que nem tudo que é visível aos olhos é invisível ao coração. Não vejo os átomos, o ar, as células, mas elas existem e estão aí. É preciso considerá-los para entender e interagir com a realidade”.

Só podemos combater os preconceitos, se evidenciá-lo e assim entendê-lo. Sabemos que é uma questão antiga, complexa e, sobretudo polêmica. Porém trata-se de uma “necessidade” obrigatória e igualitária de direitos. É preciso remir este véu que encobre o preconceito racial⁴, e, tomando por base Paula (2005, p. 93),

Precisamos construir uma pedagogia multirracial e popular que nos ajude a educar o Brasil com raça. A sociedade brasileira só se desenvolverá quando combater as desigualdades sociais de gênero e de raça e promover efetivamente uma educação inclusiva que combata o racismo e o machismo e promova a igualdade racial, social e de gênero.

O desenvolvimento da identidade do brasileiro está arraigada a um passado que nega a tradição africana como forma inaceitável. Neste sentido, os afro-descendentes⁵ vivem uma constante discriminação racial, de forma clara ou velada. Os negros estão submetidos a enfrentar estereótipos preconceituosos no seu processo de vivência.

⁴ Preconceito racial - Conjunto de valores e crenças estereotipadas que levam um indivíduo ou um grupo a alimentar opiniões negativas a respeito do outro, com base em informações incorretas, incompletas ou por idéias preconcebidas. É a forma mais comum, a mais freqüente de expressão de racismo. (Rocha; 2004)

⁵ Afro- descendentes- adjetivo usado para referir-se a significativa de outras populações inclusive a brasileira com ascendência parcial ou totalmente africana. (Rocha; 2004)

A sociedade por sua vez rotula o negro como inferior ao branco, desta forma, os problemas se manifestam por ausência de informação, que se encontra aliada a um pretense desconhecimento, que sempre resulta em silêncio diante das diferenças étnicas. Silêncio este que menospreza as características físicas, como cor da pele do indivíduo negro, e as características intelectuais, por exemplo, suas capacidades de desenvolvimento no trabalho, entre outras. De acordo com Cavalleiro (2003, p.30),

São várias as manifestações em que se pode comprovar a existência de discriminação étnica em relação aos negros, considerando que a realidade brasileira, apresenta um corte indeciso entre brancos e negros: brancos em sua maioria, recebem maiores salários e, no caminho contrário, negros em sua maioria, encontram-se na base da estrutura social, sem vislumbrarem possibilidades de melhoria em condições de existência e com mobilidade decrescente

Aspectos como estes, de negros receberem menos salários e serem menos valorizados, ressaltam a natureza do preconceito racial, da discriminação e do racismo, e demonstram que as diferenças equivalem a desigualdades. O preconceito racial no Brasil, envolve atitudes e comportamentos que menosprezam o negro, e resultam em exclusão, fijos condutores para a propagação do preconceito, portanto vai se arquitetando uma ideologia que reforça a sua existência.

Diante de tal realidade de exploração, aos poucos foi se construindo o conceito de racismo que pode ser interpretado como uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos humanos, partindo do princípio que certas raças são naturalmente inferiores a outras, apenas porque apresentam cor da pele ou traços diferentes daqueles povos que se consideram superior.

Atitudes racistas e preconceituosas permeiam com naturalidade o cotidiano de várias pessoas, de todas as classes e condições sociais, as quais não se dão conta de como e quanto o racismo é uma prática culturalmente incorporada e da extensão dos danos que provoca na população negra.

O Brasil encontra-se habitado por uma grande presença de afro-descendentes, com porcentagem que gira em torno de 44,3%, dados citados por Ferreira (2000), excluindo aquelas pessoas que passam por um fator de branqueamento, ou seja, tem características comprovadas de pessoa negra, mas nega sua evidência.

Quando se trata do fator melanina⁶ e das características fenotípicas, ainda é perceptível a preferência das pessoas pela cor branca, com base no eurocentrismo⁷. Nossa visão de mundo é limitada e preconceituosa, e tudo que é diferente nos causa medo e aversão. Exemplo disso é o modo como nos portamos diante do homossexualismo, dos portadores de deficiência e com os afro-descendentes.

1.1 - Identidade

A história do negro brasileiro, tem se destacado como uma luta árdua em um movimento histórico para a construção de uma sociedade positiva, com o objetivo de conquistar um espaço social, diferente do que a ele tem sido destinado. Desta forma, quebrar o tabu de que o negro está reservado socialmente ao carnaval, música, escola de samba, futebol, entre outros, parece necessário para que ele possa ir além destas profissões. Segundo Santos (1984, p. 57),

Nos últimos cinquenta anos a sociedade brasileira estabeleceu para os negros dois novos papéis: sambista e jogador de futebol. Samba e futebol vieram na crista da revolução de trinta, a revolução que transformou o Brasil num país capitalista dependente.

Santos (1984), afirma que neste período, o capitalismo brasileiro, estabeleceu o palco e o gramado como lugar do negro. É perceptível que estes determinismos, assim como outros, gestam um sentimento de inferioridade em relação ao pertencimento racial, ao aspecto de beleza estética, de valores éticos e culturais, emergindo uma situação de inadequação social, que conseqüentemente pode perpetuar uma ideologia racista com a permanência das desigualdades, e quando referente à criança depara-se com, a violência no espaço escolar.

É necessário clareza no sentido de que, não é só a cor de um indivíduo que forma sua identidade, existem vários aspectos que são necessários para a construção da

⁶ Melanina – Relativo à cor da pele. (Rocha; 2004).

⁷ Eurocentrismo - Visão de mundo que considera o grupo a que o indivíduo pertence o centro de tudo. Elegendo-o como o mais correto e como padrão cultural a ser seguido por todos, considera os outros, de alguma forma diferentes, como inferiores. (Rocha; 2004).

identidade pessoal. A história é uma das principais referências que de acordo com Perreira (2002), marca este período de construção, por exemplo: o período abolicionista, que buscava justificar a abolição dos escravos pelo reconhecimento de suas condições humanas, semelhantes às demais pessoas.

Silva (2005, p.40), afirma que: “diversos estudos têm destacado que o eu social de uma pessoa resulta do reconhecimento que ela obtém de seus semelhantes”. Numa sociedade preconceituosa, e com uma visão negativa do negro, a identidade estruturada durante o processo de socialização pode sofrer precariedade, no sentido de valorização do indivíduo branco e desvalorização do negro.

O conceito de identidade, de acordo com Cavalleiro (2003, p.19), “[...] é concebida como um processo dinâmico que possibilita a construção gradativa da personalidade no decorrer da existência do indivíduo”. Ou seja, a constituição da identidade, está gradativamente ligada ao processo de socialização, sob a construção da pessoa dentro dos parâmetros impostos pela sociedade. Se a sociedade estabelece que o padrão de beleza, está associado a quem tem descendência européia, ou seja, a cor branca, o indivíduo que não possuir tais características, estará fora do padrão de qualidade e principalmente de beleza estética.

Vale salientar que o próprio indivíduo negro é preconceituoso, Santos (1984, p. 68), afirma esta concepção, quando destaca em seu livro **O que é racismo**, a fala de uma mulher negra, que dizia: “Não sou racista. Mas gostaria que minha filha casasse com alguém menos escuro, para ir limpando o sangue”. Sendo assim como construir uma identidade positiva desejada, se o próprio negro pensa de forma negativa sobre seu grupo racial?

Isto acontece porque a sociedade cria uma espécie de interiorização e diferenciação subjacente à valorização do negro que é visto como inferior a outros grupos, transformando essa diferença em exclusão. O próprio negro arraigado a este pensamento e atitudes sociais menospreza sua cor e nega seus estereótipos, por opressão individual ou coletiva, neste sentido são criadas condições favoráveis para que o grupo afetado internalize uma imagem desfavorável de si mesmo.

É necessário que pessoas negras e brancas preconceituosas desenvolvam um processo de reconhecimento e valorização da cultura africana e da identidade do grupo negro, tanto no aspecto de beleza, como da cultura, e do conhecimento da história dos povos negros africanos e afro-descendentes presentes na sociedade brasileira. E com relação à importância da identidade, Siqueira (2002, p.82), afirma, “Ela é a única força capaz de nos fazer persistir neste constante embate, em quaisquer circunstância de nossa vida”.

1.2 - Conceitos de: raça, racismo, e preconceito.

É sabido que o sistema de classificação quanto à cor das pessoas no Brasil causa bastante polêmica. No entanto, quando se discute a identidade de um indivíduo, faz-se necessário que fiquem esclarecidos alguns conceitos versados no decorrer deste texto para facilitar sua compreensão.

Raça, racismo e preconceito, são assuntos complexos de serem entendidos, e causam problemas que desafiam a sociedade e colocam em questão a nossa capacidade de tratar o negro como cidadão. Talvez se nos dispusermos a compreender os conceitos e os mecanismos que geram tais comportamentos, seja mais fácil entendê-los e agir contra as discriminações. Tendo por base o dicionário e o almanaque afro-brasileiro, apresento os seguintes significados de:

Raça- O dicionário nos diz que raça é um conjunto de indivíduos cujas características somáticas, tais como a cor da pele, a formação do rosto e do crânio, o tipo de cabelo etc, são semelhanças e se transmitem por hereditariedade, embora variem de indivíduo para indivíduo. (Ferreira; 2001).

Racismo- Essa palavra serve para designar um comportamento hostil e de menosprezo em relação a pessoas de grupos humanos cujas características intelectuais ou morais são consideradas “inferiores” por outros grupos que se consideram “superiores”, e sendo diretamente relacionadas a características raciais ou seja, físicas ou biológicas. (Rocha 2004).

Preconceito- É uma idéia que fazemos de uma pessoa, grupo de indivíduos ou povo, que ainda não conhecemos. É o tipo de sentimento ou opinião irrefletida que não tem nenhum fundamento racional. Preconceitos estão enraizados em todas as culturas, são difíceis de serem erradicados porque as pessoas são sempre mais inclinadas a ficarem com suas próprias idéias mesmo que, às vezes, sejam falsas idéias. O preconceito serve para justificar o injustificável, ou seja, o tratamento desigual e a discriminação que são dirigidos a indivíduos ou grupos. (Rocha 2004).

Os estereótipos são preconceitos cristalizados, os quais atribuem traços de personalidades ou de comportamentos a alguns seres humanos que os menosprezam, como por exemplo: toda criança negra vai mal na escola, todas as mulheres dirigem mal, toda sogra é chata, toda loira é burra, toda mulher bonita não tem inteligência etc. Estes preconceitos vão se transformando em posições negativas diante da vida, ao se espalharem nas relações interpessoais, vão carregando consigo estereótipos, discriminação e racismo.

Vários fatores tornam complexo o processo de identificação racial, cabe destaque o entendimento de raça, na versão de autores, como Guimarães (2003, p.96), que afirma: “[...] as raças são cientificamente uma construção social e devem ser estudadas por um ramo próprio da sociologia ou das ciências sociais, que trata das identidades sociais”.

Segundo esse autor, raça é única, o que a diferencia é sua divisão em subespécie, ou seja, cada qual com suas qualidades é o caso do negro, do branco, do índio, do mestiço, etc. Esta subdivisão, segundo Guimarães (2003), deu origem a um racismo doutrinário, que se perpetua na mente e nas posturas das pessoas como uma ideologia preconceituosa, que cria a idéia de várias raças, uma superior a outra.

Paula (2005, p.90), afirma: “Não há raça superior, tanto quanto não há raça inferior”. Somos todos de uma única raça, ou seja, **a raça humana**, o que nos diferencia são nossas características fenotípicas, que se encontra presente em nossa cor da pele, nos cabelos, entre outras. O que se pode afirmar é que o Brasil colonial não é o mesmo Brasil de Portugal, este é um país que traz consigo a mistura do branco, do índio, do amarelo, do preto, trata-se de uma mesclagem de povos. Já o racismo, segundo Paula

(2005, p.89), não existiria sem o conceito de raça, que no Brasil é velado e massacrado, e as pessoas negras são provas de muito aborrecimento. Segundo essa autora, o racismo:

É a crença na existência das raças (branca, negra, indígena, e oriental) e na possibilidade de superioridade de uma sobre a outra. A ideologia do racismo não se centra na ciência ou em uma necessidade imperativa da verdade: ela em si é uma verdade, uma verdade de um pequeno grupo que, pela força ou pelo convencimento (da repetição ou da cooptação), se tornou imposta ou aceita como verdade legítima de todo um grupo social.

A sociedade brasileira possui um racismo, que se perpetua explícito ou implícito nas atitudes e comportamentos das pessoas. A ausência de formação contribui para as atitudes de desconsideração em relação à existência do mesmo. Paula (2005, p.92) nos mostra que:

Cada vez mais o racismo aparece disfarçado, camuflado, e agora sempre vem junto com “não foi isto que eu disse ou quis dizer”, “eu não sou racista”, “foi só uma brincadeira”, etc. Ou pior ainda, aparece nos apelidos, nas brincadeiras, e principalmente na exclusão e no isolamento. É assim que o racismo aparece na escola: “ô, negão”, “ô, neguinha”, “ô macaco”, “você conhece aquela piadinha do....”.

Para mudar esta realidade, é necessário que a pessoa conheça e entenda sua história e principalmente respeite as das outras, independente ou não de sua diferença. É preciso também nos remir deste véu e assumir sermos racista, só desta forma podemos evidenciá-lo, entendê-lo e um dia estirpá-lo definitivamente dos nossos comportamentos. Como diz um ditado popular: “o pior cego é aquele que não quer vêr” O que quero dizer, é que o racismo quando oculto torna-se mais difícil de combatê-lo.

Vários autores descrevem sobre alguns tipos de racismo, Silva (2006), relata que existem três tipos de racismo: institucional; individual e o cultural. O institucional pode ser intencional ou não intencional e está presente na sociedade, no campo educacional, judicial ou no econômico, em que está presente o Estado, o qual direta ou indiretamente favorece sua prática; O racismo individual é quando o próprio negro nega sua cor e sua geração, o mesmo sente-se inferiorizado por ser pessoa negra, este trata-se de uma manifestação de atitudes discriminatórias cometidas por alguns indivíduos em relação ao mesmo, que pode alcançar alto nível de violência, até mesmo o assassinato; e o racismo cultural, que trata da junção do institucional e do individual, o mesmo está presente em várias manifestações tais como: culturais, religiosas entre outras.

A pessoa negra é vista como forma iminente de fracasso, e este estereótipo encontra-se depositado nas atitudes preconceituosas das pessoas, que se dizem superiores as outras. É perceptível que não só os negros são vítimas do racismo, mas sim todos os não brancos, como mulatos, índios, caboclos, etc. Todos são discriminados por não fazerem parte do padrão de normalidade imposto pelo eurocentrismo, sendo menos valorizado em detrimento de outras culturas, como por exemplo, a africana.

De acordo com Santos (1984), o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), precisamente no ano de 1972 foi o primeiro que marcou o momento em que o racismo brasileiro começou a ser discutido e denunciado. Como forma de diagnosticar a classificação racial do povo Brasileiro, o IBGE apontou como obtenção de dados, a seguinte pergunta: “**qual sua cor?**” ou simplesmente de outra forma: repete a pergunta censitária e estabelece alternativas - **branco, preto, pardo, amarelo e indígena.** (FERREIRA, 2000).

Perguntas como estas, foram obrigadas a serem retiradas do censo, pois como colocada em questão, deu a entender uma forma de preconceito com relação aos negros. Santos (1984), afirma que com esta colocação, milhões de negros saíram nas ruas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, portando seus cabelos **black** e exigindo seus direitos respeitados. Os mesmos indagavam à reivindicação da seguinte forma, já que somos todos de uma só raça, é inútil saber quantas são as pessoas de cor, visto que a sociedade Brasileira diz não ter preconceito racial. Tal questionamento, segundo eles, perpetuava numa violência com a identidade das pessoas, superiorizando umas e inferiorizando outras.

Santos (1984, p.68), indaga: “alguém já observou que a cor em nosso país, é mais uma marca do que uma raça. De cor são todos os que valem pouco ou não valem nada”. Neste sentido o autor ressalta a importância da cor com relação ao branco em detrimento do negro; brancos em sua maioria tem melhores empregos, negros em sua maioria têm menos possibilidade de consegui-los.

A falta de informação sobre um determinado assunto, nos faz criar um conceito antecipado das coisas, é o que denominamos preconceito. Isto gera uma distorção nas idéias e nos faz refém da demagogia presente nas atitudes impostas pelas pessoas na

sociedade. Estamos associados a um padrão de beleza, na qual tudo que é diferente nos causa temor. Segundo Ferreira (2000, p. 51),

O preconceito racial, no Brasil, foi criado a partir da interação entre dois grupos, uma classe política e economicamente dominante que assumiu uma concepção de mundo considerada superior e estigmatizou o outro grupo, neste caso, o dos não brancos, caracterizando-o como de qualidade inferior, de crença que passa a ter função de justificar a dominação sobre ele.

O preconceito comentado na citação acima, coloca em foco a supremacia do eurocentrismo diante dos outros grupos, como por exemplo, os africanos. Segundo Cavalleiro (2003, p.53), o preconceito e a discriminação aparecem juntos e como fortes armas, principalmente quando os mesmos estão relacionados a um deboche, como relata:

No parque, aproximo-me de um grupo que brinca. De repente, inicia-se um tumulto. Shirley (negra) chega perto de Fabio (branco), o xinga de “besta”, e ele revida. Letícia (branca) passa a participar da discussão, com vários xingamentos. Letícia e Catarina (negra) até então brincando juntas, principalmente no xingamento também. Catarina diz a Letícia: “fedorenta”, e esta responde, “fedorenta é você. Catarina então diz: é você ta!. Letícia responde: “Eu não; sou branca, você que é preta!” Catarina fica paralisada e não diz nada. Até então virada de frente para Letícia, dá-lhe as costas e começa a xingar Fabio. Catarina segundos depois desfere-lhe um golpe na cabeça. O menino chora. “A professora, percebendo a confusão, se aproxima do grupo e adverte a menina Catarina, que mais uma vez ouve tudo calada.

É perceptível a tranqüilidade na fala da menina branca xingando a negra, atribuindo-a características negativas e pejorativas, pior quando a professora reprime a criança negra, julgando-a como errada, desmerecendo-a por sua cor. Este cotidiano gesta na pessoa negra, uma inferioridade em relação ao seu pertencimento racial e principalmente referente à estética, dificultando o seu relacionamento com os outros grupos, e se torna freqüente na escola.

O preconceito racial, segundo Ferreira (2000, p.51): “[...] é considerado como um julgamento de valor, não espontâneo, nem hereditário, construído culturalmente e destituído de base objetiva, pertencendo à classe de mitos desenvolvidos através da socialização”.

O que torna perceptível é que, numa sociedade totalmente capitalista como a nossa, são várias as formas de manifestação do preconceito diante das relações sociais.

De acordo com Itani (1998, p.119), “pode-se afirmar que o preconceito faz parte de nosso comportamento cotidiano. Frequentemente nos defrontamos com atitudes preconceituosas, sejam atos, gestos, discursos e palavras”.

Tomando por base essa autora, o preconceito é uma incógnita que se encontra presente nas religiões, na cor, na sexualidade, entre outros. A escola, como parte integrante da sociedade, encontra-se numa tarefa de amenizar ou até mesmo acabar com o preconceito arraigado à sociedade.

É sabido que o preconceito se manifesta em relação a alguém ou alguma coisa, e faz-se presente num imaginário social, pela não aceitação da diferença. Vale salientar que o ato preconceituoso não se encontra dissociado do racismo e nem da discriminação, são práticas conjuntas e disseminadoras, que prejudicam o cotidiano dos indivíduos.

Diante dos conceitos comentados anteriormente, podemos perceber que são atos de desrespeito e ignorância, os maltratos referente às pessoas de cor negra e de características consideradas “diferentes”, como exemplo: pobres, homossexuais e até as mulheres sofrem estes preconceitos. Sendo que tais comportamentos devem ser trabalhados, para que tipos de ações como estas, sejam deletadas dos comportamentos e das mentes de quem é preconceituoso, tanto oculto como manifesto.

O Brasil é um país multirracial⁸, com índio, mestiço, branco, preto, o povo brasileiro nasceu desta mistura. Alguns com a pele clara, outros com um tom de pele mais escura, mas todos advindos da mesma mistura. O preconceito é uma coisa sem sentido, temos que assimilar este dilema. É como diz o cantor e compositor **Gabriel o pensador (2000)**, que morra o preconceito e viva a união racial.

⁸ Multirracial - É um termo abrangente, sugerindo pluralidade de heranças por varias gerações. “Na realidade brasileira, podem ser encontrados indivíduos negros, brancos, asiáticos, indígenas. A maior parte da população, sem a menor duvida, resulta de mestiçagens várias de todos os grupos entre si, em maior ou menor grau”. (Rocha; 2004).

1.3 - Conquistas dos povos negros

O negro brasileiro, sempre foi visto pela população como elemento negativo, e desprovido de boas qualidades. Pouco é valorizada a sua história e a sua cultura. No Brasil, a luta contra o racismo tem longa trajetória, infelizmente marcada por poucos avanços, quando ainda é perceptível que os negros ocupam as funções menos remuneradas e possuem menor nível de escolaridade. Apesar dessas formas de desrespeito para com o negro e os tachados de diferentes, são possíveis comemorar algumas conquistas alcançadas pelos mesmos.

De início, pode-se citar a assinatura da **Lei 10. 639** que segundo Santos (2005), alterou a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), **Lei nº. 9293/ 96** e inclui a obrigatoriedade do ensino da História e cultura Africana e Afro Brasileiros nos currículos oficiais da Rede de Ensino.

Outro exemplo que requer comemoração é a conquista do dia 21 de março, que foi instituído pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), como dia internacional de combate a todas as formas de discriminações, do qual teve início no ano de 2003, com a criação da Secretaria Especial de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Diante destas conquistas torna-se necessário que o povo brasileiro se conscientize, e segundo Munanga (2000, p.8), tenha “[...] uma atitude responsável que consistiria em mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complexidade e de enriquecimento em geral”.

Não existem leis no mundo que agindo de forma única, sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas e racistas presentes nas cabeças das pessoas, atitudes estas provenientes do sistema cultural e de toda a sociedade. Isso pressupõe uma busca em defesa dos direitos da população negra levando-as a uma vida digna, sem violência e sem racismo.

A escola, neste caso, é um fator importante, na conscientização, e na contribuição da democracia brasileira e de acordo com Munanga (2000), precisa trabalhar no sentido de destruição da mentalidade individualista que se encontra

associada a algumas pessoas em relação à história e a cultura da população negra brasileira.

Esse mesmo autor afirma que, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), é um forte aliado, objetivando minimizar ou abolir completamente estas práticas racistas e preconceituosas presentes na sociedade e principalmente nas escolas, e acrescenta:

O ministério da Educação e do desporto, ao instituir os Parâmetros Curriculares Nacionais, introduzindo neles o que chamou de temas transversais, buscando caminhos apropriados e eficazes para lutar contra os diversos tipos de preconceitos e de comportamentos discriminatórios que prejudicam a construção de uma sociedade plural, democrática e igualitária. (2000 p.12).

São perceptíveis às várias formas que algumas entidades usam para tentar acabar com as práticas discriminatórias de racismo e preconceitos. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) encontra-se, comprometido com a pauta de políticas afirmativas em relação à abolição dos preconceitos raciais existentes, o mesmo possui metas de corrigir as injustiças e promover a inclusão social do grupo negro, com escopo de uma cidadania justa e igualitária para todos.

Como já foi comentado anteriormente, desde há muito tempo atrás, os negros almejam uma autonomia e uma identidade positiva, e lutam principalmente em busca de uma sociedade multicultural e pluriétnica, que seja capaz de construir uma nação democrática, e unida. Várias foram às tentativas, algumas com êxito, outros nem tanto, como é apontado a seguir.

Em 1939, foi criado nas Antilhas, por Aime Césaire, considerado a voz da consciência negra, um movimento chamado de Negritude que, de acordo com Pessanha (2003), significava o reconhecimento da pessoa negra, sua aceitação e valorização da história e da cultura negra. Movimento este, que perdurou por muito tempo nos Estados Unidos (EUA).

De acordo com Pessanha (2003), mesmo diante a criação da Frente Negra Brasileira (FNB), em 1930, bem antes da aparição do movimento de Negritude, ambos constituídos com objetivos parecidos, destinados à luta pelo reconhecimento da identidade negra, mesmo assim, o movimento de Negritude, não foi aceito inicialmente no Brasil,

Após aceito na sociedade brasileira, este movimento teve grandes parcerias e apoios, por se tratar de um movimento ligado a construção de livros de literaturas, com aparição de personagens negros, encontrou vários apoios de escritores brasileiros, por exemplo, o poeta Eduardo de Oliveira, com sua obra *Cestas líricas da negritude*; Geni Guimarães, com *A cor da ternura*; entre outros. Segundo Pessanha (2003, p.161),

É concebido que a atuação do negro como personagem literária não é um fenômeno recente na literatura latino – americana. Desde os tempos coloniais sua figura encontra-se presente: ora aparece como personagem rebelde, ora doce e submisso, às vezes com muito ritmo e muita musicalidade; às vezes um ser exótico, cheio de crenças estranhas à religião católica, outras vezes não tão exótica, adaptada ao mundo do conquistador.

Mesmo que os negros, em alguns livros de literatura, tenham um sentido pejorativo e negativo, existem outros que exaltam a beleza e a cultura afro-brasileira, como é o caso das obras de Oliveira, Guimarães, Silveira, dentre outros. A criação da literatura racial brasileira é algo importantíssimo para a afirmação do povo negro.

Além destas conquistas Souza (2003), afirma existirem: as cotas para os negros nas universidades, nos cursinhos pré-vestibulares, dentre outras, que se encontram presentes num conjunto de medidas necessárias para reparar injustiças cometidas contra os povos negros.

É sabido que, não é possível uma sociedade plenamente democrática, mas sua busca pode se iniciar neste momento, com cada um e cada uma fazendo sua parte, sem desistência, sem medo, com persistência, determinação e principalmente união. Não se trata de mudar um foco eurocêntrico, por um africano, mas sim, ampliar o contexto de diversidade cultural, racial, social, que ainda encontra-se encoberto por esse véu eurocêntrico que precisa ser remido o mais rápido possível.

É como o mestre Paulo Freire (1996, p.36) dizia da educação e sociedade brasileira: “Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia”.

2- A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SUA PARTICIPAÇÃO NAS ESCOLAS

Temos na sociedade brasileira, uma cultura eurocêntrica sendo extremamente valorizada em detrimento da cultura africana. A ausência de conhecimentos sobre o grupo africano e o excesso de informação sobre o continente europeu, gesta em toda sociedade, preconceitos, discriminações, racismo, e as escolas não ficam insentas de tais práticas.

É cabível citar várias infinidades de caracteres pessoais que são considerados um desvio do padrão de qualidade imposto pela sociedade, visto não ser só os negros que sofrem estas discriminações. Qualquer detalhe é motivo de piada, quando o intencionado é gordo, deficiente, pobre, homossexual, enfim, quando socialmente é considerado “diferente”.

Não só a sociedade como também as escolas, precisam passar por uma ruptura dos sentidos homogêneos em relação aos seres humanos. Ou seja, desconsiderar este padrão considerado “ideal”: homem branco, heterossexual, perfeito e belo. Esse modelo hegemônico é uma clausura e uma forma de repressão que a escola e a sociedade, continuam impondo como modelo ideal. Reforço este exemplo adiante quando falo dos livros didáticos preenchidos com figuras e personagens brancas, entre outras características que simbolizam perfeição.

A formação docente, também se encontra arraigada neste pensamento, remetendo-se a um processo de socialização, que leva a valorizar intensamente um grupo em relação ao outro. Ao longo desse processo de formação, muitos profissionais da Pedagogia e de outras licenciaturas não tiveram a oportunidade de refletir sobre as questões raciais no âmbito educacional.

A ausência da temática racial, imposta na formação docente, contribui para atitudes de desconsideração em relação à existência do racismo na sociedade brasileira, e, sobretudo no cotidiano escolar, onde as práticas discriminatórias são tidas como inexistentes. Apesar de encontrar-se bem presente, existem aqueles que se negam a ver.

No cotidiano das salas de aulas, são comuns atitudes de racismo, preconceito e discriminação que “passam despercebidas” sem que os professores façam nada para combatê-las ou nem se quer dêem conta delas.

A distribuição igual de estímulo e de afeto é um elemento importante diante das relações inter-pessoais no cotidiano escolar. E é perceptível a dificuldade que muitos profissionais da educação têm de se aproximarem das crianças e adolescentes negros, de elogiarem sua beleza e inteligência.

O dia a dia das salas de aula gesta um sentimento de inferioridade em relação ao pertencimento racial, nos aspectos: intelectual, de beleza e estética, de valores éticos e culturais. Emerge a situação de inadequação social, como a dificuldade que a criança negra tem de interagir com os grupos nas escolas, de estar presentes nas peças teatrais, e de se candidatar a posições de comando entre os próprios alunos. Segundo Silva (2006, p.219),

A teoria da distinção racial baseada nas ciências biológicas surge no século XIX. Teoria sobre a qual se pauta a idéia que alguns indivíduos são forjados pela natureza para o comando e outros para a obediência, que seria então o caso da raça negra... “O sangue negro deteriora o branco”. “O negro seria marcado pela imaginação, sensibilidade e sensualidade” e o “branco, pela inteligência, praticidade, ética e moral”.

A criança branca absorve uma experiência negativa, gestora de um sentimento de superioridade, um sentimento que é irreal. Desta forma, estas crianças crescem com a idéia de que são mais, de que podem tudo, e na vida adulta, pode trazer conseqüências negativas.

Quanto à criança negra, por pressões designadas por segmentos da sociedade, constroem uma imagem negativa de si, introjetando e reproduzindo os estereótipos e preconceitos que a sociedade racista lhe impõe. Neste sentido dificultam a construção de sua auto-estima e da assunção positiva de suas raízes étnicas, levando-a a procurar o ideal preconizado por toda sociedade, que é o branqueamento⁹.

⁹ Branqueamento- (Ideologia do branqueamento), Conjunto de idéias que defendiam a miscigenação, com o objetivo de, por intermédio dos casamentos inter-raciais, transformar o Brasil em um País branco e, conseqüentemente, promover um processo de extinção da raça negra. (Rocha; 2004).

2.1 - A influência da mídia e dos livros didáticos na prática racista

A mídia tem forte influência na prática do racismo na sociedade e nas escolas, lembrando que não somente ela, mas vários outros fatores também influenciam para esta prática, como por exemplo a política. Como exemplo de mídia, temos, a televisão, que dispõe-se de um poder quase que invisível de prender e até mesmo controlar as pessoas. A mesma modela o imaginário, cria cenários, atitudes ideais, e tudo o que nela é transmitido, é absorvido por algumas pessoas e tidas como padrão de qualidade preferencial, e o mais injusto, tida como correta.

Se a televisão impõe que a roupa da moda é aquela que a atriz principal da novela está usando, todo mundo assimila o imaginário e desenvolve em si um fator preferencial do estilo da atriz. O mesmo acontece quando a emissora transmite novelas em que o papel principal é sempre do branco, e o mais desconsiderado, como por exemplo, o de empregados domésticos, quase sempre desenvolvidos por negros.

Se para um adulto negro é difícil conviver com tantas desigualdades, imagina para uma criança. Pode ser frustrante e até desesperador. Segundo, Cavalheiro (2003), trata-se de um racismo não - verbal, e que se efetiva por meios de linguagens informais. Um exemplo na escola é quando seus profissionais transmitem, com suas posturas e ações, as representações e os preconceitos presentes na sociedade, por meio de gestos, olhares, toques, atenção, silêncio... Essas idéias que a mídia divulga são transmitidas cotidianamente às crianças brancas e negras, por meio de programas televisivos, propagandas, livros didáticos entre outros instrumentos que colaboram para a sustentação do preconceito e do racismo cordial.

Vamos imaginar um dia na vida de uma criança negra. Ao ligar a TV, encontra um mundo onde é excluída, em que quase todas as pessoas das propagandas são brancas, (quase todas loiras). Ao fazer sua lição, encontrará nos livros didáticos e paradidáticos, figuras e personagens brancos, em posição de destaque, enquanto que os negros, quando aparecem, representam papéis desqualificados como, escravos, ladrões, pobres e outros.

Os livros, como recurso primordial, considerados por alguns professores para o desenvolvimento do trabalho docente, encontram-se repletos de preconceitos, racismo e discriminações, apresentam crianças negras como personagens negligenciadas pelo tráfico de drogas, representando escravos, assaltantes de banco entre outros cargos desvalorizados.

Desta maneira, faz-se necessário que se avalie a forma como os conteúdos, as ilustrações ou os textos são abordados nos livros didáticos, além de verificar como, e de que maneira, a diversidade é retratada nesses materiais. Segundo Silva (2000, p.18),

A visibilidade da diversidade dos papéis e funções exercidas pelos homens e mulheres negros, entre outros, nas ilustrações dos livros didáticos pode ser corrigida, solicitando à criança que descreva outras atividades desenvolvidas pelas mulheres e homens negros que constituem sua família, que moram na sua rua, que freqüentam seu local de encontros religiosos e de lazer, etc.

É perceptível a negligência ou a apresentação reduzida, desvirtuada do cotidiano, das experiências e dos processos histórico-cultural de diversos segmentos sociais, tais como, a mulher, o negro, os indígenas, os trabalhadores, os homossexuais, entre outros. A discriminação invisível corrobora para a manutenção do mito da democracia racial, encobre diversos aspectos essenciais à vida de significativa parcela da população na sociedade, como por exemplo, o direito a conhecer a sua história e ver valorizada a sua participação na construção do País.

Trabalhar a questão racial não é algo fácil, pois nem sempre os jovens estudantes aceitam ou até mesmo se encantam com o novo ou com o diferente. Em virtude desta razão, torna-se perceptível que não será algo rápido e imediato, a aceitação do diferente, daquilo que há muito tempo vem sendo dito e vivenciado como natural.

Diante do que foi citado, professores e demais integrantes das escolas devem assumir um posicionamento político e ético que transforme o discurso em prol da escola democrática e da diversidade em práticas efetivas e concretas, e que não fique somente em propostas. É importante esclarecer com base em Santos (1984, p.12),

O que chamamos raça-negra, branca, amarela, caucasiana, etc. São apenas um elenco de características anatômicas: a cor da pele, a textura do cabelo, a altura mediada dos indivíduos, etc. Se pudéssemos despir as pessoas dessas anatomias, veríamos por dentro um outro elenco de características genéticas

Percebe-se que o autor retrata os preconceitos existentes nas várias formas e texturas que compõem o corpo humano, sendo que prevalece o exterior e não a beleza interior. É neste sentido que deve ser o trabalho docente, valorizar o que o aluno traz em si de melhor, trabalhar em prol do seu crescimento, independente do mesmo ser branco, negro, indígena.

É sabido que, em algumas escolas, crianças, principalmente as negras, por suas características afro são censuradas por alguns professores como incapazes de aprender, por pertencerem a grupos inferiores, e acabam se prejudicando, ao receberem uma educação deficiente. Sendo assim, há conseqüências, não somente para a escola, mas para toda a sociedade, como: perpetuação de ideologias racistas, permanência das desigualdades, violência no espaço escolar. Cabe-nos a pergunta enquanto educadores: Qual o papel da educação? O que podemos fazer?

Destaco mais uma vez que, primeiro devemos desenvolver um processo de reconhecimento e valorização da riqueza cultural, ressaltar o aspecto de beleza, da cultura, do conhecimento da história, com uma educação voltada para o respeito e a valorização dos povos negros e afro descendentes na sociedade brasileira, pois como afirma Novoa (2002, p.29) “a escola só vale o que vale a sociedade:”.

Com essa afirmação de Novoa (2002), percebe-se que a responsabilidade de todo núcleo escolar deve ser grande em relação ao que vai ser transmitido aos alunos, quando o assunto é raça, a escola pode não está formando cidadãos conscientes, cooperativos e solidários, dentre os vários grupos raciais.

O trabalho com uma educação anti-racista deve começar cedo, na educação infantil, tendo como um primeiro desafio o entendimento da identidade daqueles que compõem a escola. A criança negra precisa aprender como ocorre a construção da sua identidade, e aprender a respeitar a imagem que tem de si, bem como a do outro.

Por isso deve ser cuidadosa a seleção dos livros didáticos e de literatura que tenham famílias negras bem sucedidas, por exemplo, heróis e heroínas negras. Caso contrário, Cavalheiro (2003, p.32), afirma:

“O silêncio dos professores perante as situações de discriminação imposta pelos próprios livros escolares acaba por vitimar os estudantes negros”. Esse ritual pedagógico, que ignora as relações étnicas estabelecidas no espaço escolar, pode estar comprometendo o desempenho e o desenvolvimento da personalidade de crianças e de adolescentes negros, bem como estar contribuindo para a formação de crianças e de adolescentes brancos com um sentimento de superioridade.

Os professores por ocuparem um lugar privilegiado na sociedade, precisam valorizar a identidade negra e serem capacitados para destruir o mito da democracia racial, criado no Brasil. Devem ser capazes de corrigir suas posturas e dos seus alunos, combatendo atitudes e palavras que impliquem desrespeito e discriminação nas relações étnico-raciais.

Sabemos que o homem é produto de uma relação dialética com o meio, ou seja, constrói e é construído por ele no contexto das relações com a natureza e com a vida social, nesse processo, interfere e, ao mesmo tempo sofre interferência. Desta forma, se continuarmos fugindo e fingindo que o trato pedagógico e ético da diversidade não é uma tarefa da escola e dos educadores, mais conflituosas e delicadas se tornarão as relações entre o “eu” e o “outro” no interior das escolas e no dia-a-dia das salas de aula.

Baseado nos pensamentos e palavras de Santos (2005), afirmo que, a luta contra toda e qualquer forma de naturalização e estigmatização das diferenças tornou-se um dever da humanidade, pois as experiências humanas passadas, às quais assistimos nesse início do século XXI, têm nos revelado que a intolerância, o racismo e a discriminação, ou seja, as formas negativas de lidar com as diferenças poderão nos levar a intensos processos de desumanização. É nessa trama que a diversidade cultural vai sendo tecida e construída e é também no meio dessa trama que ela deveria ser compreendida pelos educadores e educadoras ao refletirem, avaliarem e colocarem em prática o currículo escolar. Não se trata de uma discussão partidária, militante ou de modismo educacional, antes é uma responsabilidade profissional e ética daqueles que se dispõem a atuar no campo da educação escolar.

Mas é sabido que trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, não é tarefa exclusiva da escola. A mesma tem papel preponderante para a eliminação das discriminações, sendo que contando com a ajuda da família, da sociedade e de outros órgãos como, por exemplo, as igrejas.

Diante de vários contratempos, uma tarefa como essa de amenizar o racismo e os preconceitos não se constitui em um desafio fácil, mas já existem iniciativas de valorização da cultura negra, como por exemplo: a implementação da lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro- Brasileira nas grades curriculares do ensino fundamental e médio, ministrados nas redes oficiais públicas do País.

2.2 - Breve explanação sobre aplicabilidade da Lei 10.639/03 nos currículos brasileiros

Como parte das reivindicações dos movimentos negros, que desde os anos 80 mantém uma verdadeira luta contra o racismo e o desvelamento da verdadeira história do negro neste País, para que seja considerada a sua contribuição para o crescimento geral da sociedade e não somente, destacar as fases de sofrimento no seu período de escravidão.

Quando o desejo é de ressaltar a cultura negra, vale destacar e tirar do anonimato, fatos históricos e figuras ilustres, que mostram brilhantemente os líderes das lutas em favor do povo negro. Rocha (2004) destaca alguns guerreiros na luta contra o racismo e preconceitos que se encontram fora dos currículos das escolas brasileiras:

Dandara - A guerreira que lutou ao lado de Ganga Zumba, no quilombo de Palmares, contra o sistema escravista, no século XVII, no Brasil.

Rainha Nzinga - Mulher enigmática, rainha carismática, estadista e diplomata. Assumia o trono do Ndongo e passou a lutar pela libertação do seu povo.

Zumbi - O herói da resistência, aos quinze anos tornou-se chefe de quilombo. Zumbi dos Palmares. Hoje, principal símbolo da resistência contra todas as formas de opressão que ainda castigam o povo negro do Brasil. Zumbi foi castrado e sua cabeça foi dependurada e exposta em local público do Recife. Lutou até o fim da sua vida. Outros como André Rebouças, Chica da Silva, Aleijadinho, Mestre Bimba, também lutaram pela defesa do seu grupo racial.

Esta verdadeira história do papel desempenhado pelo povo negro na formação da sociedade brasileira, suas lutas e resistências, foi um assunto que a história oficial esqueceu. Com a Lei 10.639/ 03, o seu resgate será de fundamental importância para a luta a favor da democracia racial.

Esta legislação reconhece e inclui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira nas escolas públicas e privadas do país. Santos (2005) afirma, a mesma prevê que o conteúdo programático inclua a história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a sua contribuição na formação da sociedade nas áreas: social, econômica e política. De acordo com Santos (2005, p. 34), o objetivo seria de que a partir do ano de 2005:

[...] se possa qualificar de forma ampla os professores de ensino Fundamental e médio para ministrarem disciplinas sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, não podendo ficar dependendo somente desse processo de qualificação, é fundamental que as universidades já formem professores qualificados para uma educação anti-racista e não eurocêntrica.

Além destas questões, a lei também estabelece como dever do Estado a promoção e o incentivo de políticas de reparações baseados na Constituição Federal, Art.205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional.

De forma sintetizada e tomando como referência o Almanaque Afrobrasileiro (Rocha 2004), o reconhecimento da cultura e história Africana e Afro brasileira, implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos; mudanças de discurso, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras; requer a adoção

de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade; exige que se questionem relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam o negro e salientam estereótipos depreciativos; exige valorização, divulgação e respeito aos processos históricos de resistência negra, desencadeadas pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade.

Este aspecto do reconhecimento também perpassa questões delicadas como a exigência a valorização da descendência africana dos povos negros, sua cultura e história. Também significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação, a saber: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de matrizes africana.

Ainda este reconhecimento à cultura e história Africana e Afro brasileira exige boas condições físicas e ambientais para os estabelecimentos de ensino, bem como e professores qualificados e dispostos ao trabalho com a educação de negros e brancos, primando por uma educação que considere a diversidade racial e cultural.

Os programas de ações afirmativas são propostos pelas políticas de reparação e de reconhecimento. Estes correspondem, (segundo a lei 10.639/03, p.12) a um:

Conjunto de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para a oferta de tratamento diferenciado com vista a corrigir desvantagens a marginalização criada e mantidas por estruturas social excludente e discriminatória.

Este processo de mudança e de abertura da escola para a implementação de um currículo, que atenda situações emergentes na sociedade não é um processo simples nem tampouco fácil, porém em pleno século XXI quando surge uma série de questões relativas a vários grupos como, negros, indígenas portadores de necessidades educativas especiais, por exemplo, torna-se inevitável a negação de tais discussões.

A escola é um espaço privilegiado como instituição social, no qual é possível o encontro das diferentes presenças: homens, mulheres, negros, brancos, índios, enfim, é um espaço sócio-cultural, marcado por símbolos, rituais, crenças, culturas e valores

diversos. Portanto, a escola só será inclusiva quando professores e alunos modificarem suas atitudes, considerarem as diferenças. Isso será melhor efetivado a partir da mudança de postura de professores em suas práticas pedagógicas. Em decorrência disso, teremos com a ajuda dos professores que deve modificar também suas práticas em sala de aula. Ao mesmo tempo, teremos uma educação inclusiva, quando crianças e jovens puderem passear a céu aberto com toda a exuberância de suas diferenças, liberando-se de modelos enclausurantes de existência.

3- CARACTERIZANDO A ESCOLA E ANALISANDO EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO

3.1. - Identificação e Histórico da escola

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Crispim Coelho, localizada na Rua Romualdo Rolim- 186; Bairro: São Francisco, considerado periferia na cidade de Cajazeiras – PB foi o campo de estudo para a realização do Estágio. Acredito que a localização da escola estabelece de certo modo, diferenciação nas características da clientela por ela atendida sendo um elemento importante para o foco desse estudo, pois assim terei uma diversidade de sujeitos a serem pesquisados e analisados de acordo com as suas diversas características tais como: cor da pele, estrutura do cabelo, características econômicas dentre outras, ainda que todos possam ser considerados de camadas populares.

Para coleta de dados, utilizei o questionário que Segundo Pádua (1998, p.156),

[...] é o instrumento de pesquisa mais adequado à quantificação, porque é fácil de codificar e trabalhar, proporcionando comparações com outros dados relacionados ao tema pesquisado, como facilitador para as coletas de dados, com fins de obtenção de resultados desejados referente à pesquisa.

Vale salientar que respondidos pelos professores, foram de caráter qualitativo e quantitativo. De acordo com Silva Filho *in* Fernandes (2003, p.97):

Enquanto na pesquisa quantitativa, o foco da pesquisa são os traços individuais, as relações causais, o 'porquê'; na qualitativa, o foco é a experiência individual de situações, o senso comum, o processo diurno de construção de significados, o 'como'.

O questionário foi estruturado com 10 questões, sendo que 4 subjetivas e 6 objetivas, claras e precisas de acordo com o interesse da pesquisa, perguntas estas referentes à como o professor se comporta em sala de aula com o preconceito racial entre alunos, como a escola desenvolve este tema e traz para a sala de aula, e também, quais atividades referentes ao assunto são utilizadas pelos professores e suas afinidades no que se refere à Lei: 10.639/2003 e o que a escola resulta em termo de contribuição para o trabalho de relações raciais no âmbito educacional da mesma.

Destinados aos professores de 1º a 4º série do ensino Fundamental da referida escola, o questionário teve como objetivo a coleta de informações precisas para a análise dos dados referente ao estudo monográfico. Este permitiu um mapeamento geral dos participantes e seus entendimentos referentes à temática racial nesta escola.

Os resultados obtidos constituem parte do corpo do trabalho, e as respostas analisadas são de extremo interesse para a conclusão da minha pesquisa. Ressaltando assim a realidade da Escola diante do tema trabalhado, bem como o desempenho do professores dentro de suas salas de aulas.

3.2 - Perfil do Corpo Docente e Discente

Os profissionais da escola, segundo a diretora, trabalham com responsabilidade, amor, dedicação, harmonia, competência e compromisso. São educadores que exploram conteúdos de natureza diversas, que abrangem desde os cuidados básicos essenciais aos conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento.

Participam ativamente nas questões das atividades escolares de maneira prazerosa, criando situações de aprendizagens, dialogando com as famílias e a comunidade, buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolvem, procurando investir cada vez mais em sua formação através de cursos de capacitação e atualização. Sendo assim só são admitidos neste estabelecimento professores que sejam habilitados em nível superior ou formados por treinamentos em serviço que segundo a diretora é o caso do corpo docente desta escola.

Quanto aos discentes, a proposta pedagógica da escola está em trabalhar no sentido de que os alunos incorporem as metas de trabalho nas disciplinas, com o escopo de despertar o interesse, tornando o ensino-aprendizagem um elemento fundamental para o conhecimento em todos os aspectos.

A escola atualmente encontra-se com 318 alunos matriculados, distribuídos nos turnos manhã e tarde equivalente a educação Infantil e ao ensino Fundamental, e com

uma turma extra de Educação de Jovens e Adultos (EJA) de 1ª a 3ª fase no turno da noite, estes são dados equivalente ao ano de 2007 que constam no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola.

3.3 - O professor diante do universo da diversidade racial em sala de aula: desafios

Convivemos com o avanço da escola brasileira no que se refere às possibilidades de acesso da criança à instituição escolar. No entanto, no que diz respeito às possibilidades de permanência e ao sucesso dos sujeitos nesse espaço, ainda tem muito a ser pensado e colocado em prática, especialmente quando estamos nos referindo ao alunado negro e ao seu desempenho negativo nos gráficos escolares quanto à evasão, repetência e infrequência.

Nas últimas décadas, estudiosos já se centram nesta questão e se manifestam mostrando a realidade escolar como um ambiente inibidor do processo de construção de conhecimentos da criança negra, ou seja, direta ou indiretamente a escola rotula o indivíduo negro a algo neutro e incapaz de um crescimento profissional digno, e dessa forma o exclui comprometendo assim o seu sucesso escolar, que é base para toda sua vida.

Em momentos de lutas pelos direitos sociais, medidas efetivas devem ser tomadas para a reversão dessa situação no âmbito educacional, caso contrário, a escola nunca, de fato, se constituirá democrática. Conforme aponta Santos (2007; p.3):

Conceber uma formação docente que considere o reconhecimento da diversidade dos grupos sociais atendidos pela escola, tais como: populações rurais, urbanas, diferentes raças, etnias, linguagens, gêneros, modalidades educativas e seus vários níveis de desenvolvimento requer pensar uma educação voltada para a complexidade e a diversidade que permeia esse contexto.

O professor neste caso é o integrante principal quando o assunto está relacionado à sala de aula, sua prática deve ser desafiadora visando à superação de discriminações e preconceitos que permeiam o ambiente escolar. O professor deve conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, evitando assim qualquer posição discriminatória, baseada em

diferenças culturais, de classe, crença, sexo, etnia ou outras características individuais ou sociais. A prática do professor deve ser efetivada de forma que respeite as diferenças e se enquadre em uma educação intercultural.

Se desejamos uma sociedade com justiça social, é imperativo transformarmos nossas escolas em um território de equidade e respeito, ou seja, um espaço adequado à formação de cidadãos multirraciais e pluriculturais.

De acordo com as respostas apresentadas, a primeira questão que teve o escopo de analisar os recursos que a escola disponibilizava para trabalhar com a temática do racismo em sala de aula, três professores disseram ser pouco satisfatório e um afirmou ser satisfatória. A segunda pergunta de caráter subjetivo foi relacionada ao professor e sua sala de aula, se os mesmos trabalhavam ou não atividades relacionadas ao racismo e preconceitos existentes na sociedade. As respostas foram muito satisfatória e afirmaram ainda que procuram se atualizar sobre o assunto. Uma outra questão referente a prática de sala de aula e ao debate sobre preconceito e racismo no seu interior, um professor respondeu ser satisfatória, outro muito satisfatória, e dois professores disseram que pouco se discute este tema.

As respostas a estas questões evidenciam que à escola pouco disponibiliza de recursos para o trabalho com a temática racial. A escola não propõe nenhum programa de valorização ao indivíduo negro, a não ser em datas comemorativas como: o dia da abolição da escravatura e menos freqüente no Dia Nacional da Consciência Negra. Segundo a fala da diretora em uma conversa informal sobre o assunto:

[...] as iniciativas de trabalhos com os negros quando ocorrem são em raríssimas vezes. Ano passado trabalhamos este tema do racismo e da história da África em um festival que o município ofertou para as escolas de Cajazeiras, este foi o tema escolhido para esta escola, foi um trabalho bem interessante! (diretora da escola)".

Considerando a fala da diretora da escola e as respostas dos professores, é perceptível que a formação teórica dos mesmos sobre os assuntos: diversidade racial, discriminação e preconceitos são insuficientes, e em decorrência disso surgem às conseqüências em suas salas de aulas pela dificuldade em trabalhar assuntos que na sua formação não tiveram acesso a um referencial teórico adequado. Mesmo sem um

suporte teórico, alguns dos professores questionados dizem pesquisar sobre o assunto já que na atualidade se exige que o professor tenha entendimento da temática e que a trabalhe em sala de aula.

Em resposta à questão referente à quantidade de negros matriculados nesta escola; dois professores responderam ser satisfatória e dois muito satisfatória. Quanto à questão relativa à convivência multiétnica, os quatro professores foram unânimes em afirmar que não se discute esse tema. E em relação ao conhecimento da Lei 10.639/2003, também foi unânime a resposta de não conhecimento dessa Lei.

Nas respostas dadas pelos professores é perceptível que existe uma boa quantidade de negros matriculados neste estabelecimento de ensino, e que mesmo perante a essa quantidade de alunos negros, o assunto sobre questões étnica e cultural diversas, poucas vezes é questão de debate nos encontros pedagógicos e sobre a Lei 10.639/2003 o desconhecimento é total em relação à questão. A resistência de pessoas socialmente consideradas diferentes é fruto do desconhecimento sobre o assunto.

Os resultados comprovam a falta de informação e formação relacionadas a estudos sobre diversidade racial dos membros desta escola. Os professores declararam em suas respostas não terem recebidos qualquer tipo de orientação pedagógica em seus cursos de Formação profissional ou nas escolas onde lecionam. Estas questões levaram os professores a declararem não estar totalmente aptos para lidar com a questão racial e reconhecem que necessitam de capacitação.

Analisando as respostas às perguntas subjetivas que enfatizavam soluções para erradicar ou combater as injustiças sociais, uma das pesquisadas responde:

Não é bem certo um caminho, mas uma maneira de amenizar a discriminação seria o trabalho mais freqüente com a cultura étnica na escola "frequentemente" e o mais importante, o acompanhamento de pessoas qualificadas para tratar assunto em direção a projetos e campanhas dentro da comunidade escolar, resgatando raízes e culturas. (prof. B).

Esta professora diz não existir um caminho eficaz que leve ao combate destes problemas, e que a forma de amenizar estas situações seria que tivesse nas escolas uma preparação com os professores feita por pessoas qualificadas para trabalhar assuntos

referentes ao resgate das culturas africanas e afrobrasileira, para que os professores possam ter subsídio teórico para analisar a sua prática.

Mais uma vez torna-se perceptível que os cursos de formação de professores não preparam seus alunos para o trabalho com as relações raciais e as diversidades existentes no nosso Brasil. O despreparo dos professores é identificado quando em sala de aula os preconceitos são explícitos nas brincadeiras e apelidos alusivos a cor da pele e características físicas dos alunos.

Outra participante é mais sucinta, e responde a questão indagando que independente da raça todos somos seres humanos. Sua resposta deixa dúvida e no meu entendimento, apresenta um preconceito camuflado.

Continuando a analisar, a pergunta é se o professor percebe algum ato de discriminação racial entre alunos, qual o seu comportamento diante do caso? Todos disseram que discutem o assunto em sala de aula e os conscientizam do mal, que sua atitude pode causar para o outro, como demonstra a fala:

Sim, muito claramente. Onde minha posição é trazer atividades e metodologias que façam com que os alunos entendam e discutam sobre o acontecido, ajudando a refletir sobre suas posições. Trago principalmente textos conscientizando que o verdadeiro valor do ser humano não está na cor. (prof.B).

A atitude de reconhecer a existência do preconceito em sala de aula já é um primeiro passo para se trabalhar esta temática na escola. Faz-se necessário uma reformulação no currículo escolar de forma que se incluam mais conhecimentos sobre culturas, raças enfim que tenha em si questões da diversidade, pois segundo Sacristan (2000, p. 17): “Os currículos são expressões do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado”.

Como foram relatados pelas professoras, seus conhecimentos sobre assuntos relacionados à diversidade racial são mínimos, por exemplo, o fato do currículo escolar não abordar este tema e a própria universidade não trabalhar com questões como estas em suas formações iniciais, o que leva os professores ao silenciamento em torno de tais questões. Assim, se reconhece que o currículo tem forte poder no campo de transmissão

da cultura presente no ambiente escolar, podendo reforçar ou enfraquecer conteúdos necessários a uma convivência saudável.

A análise da penúltima questão aprofunda o assunto, em relação à sociedade, como os professores poderiam contribuir para a construção de uma sociedade menos preconceituosa? Algumas respostas dadas a esta pergunta mostram bem claro que os professores não tiveram na sua formação inicial um referencial teórico que evidencie a diversidade racial brasileira. As respostas foram curtas e sem nexo, por exemplo: “seria trabalhar os alunos desde cedo (prof.D); a resposta mais clara foi:

Seria inevitável dizer que resolveria sozinha, mas que contribuiria de forma ativa. Primeiro conhecer, adquirir conhecimento sobre o tema, já seria um passo, segundo, trabalhar com os alunos em sala de aula e executar os projetos de forma criativa e participativa. Sendo assim ajudaria no combate as injustiças. (prof. B).

Autores como Cavalleiro (2001) afirma que a melhor forma de erradicar atos de preconceitos e discriminação, é manter-se informado sobre culturas, valores e principalmente a história de povos que para sociedade são considerados fora do padrão de normalidade, no caso do negro, fora do padrão imposto pelo eurocentrismo.

Com relação às opiniões dos professores sobre o racismo, as respostas também foram confusas: disseram ser uma atitude irracional e que a cor da pele não determina a pessoa, mais contradiz na seguinte frase: “[...] opinar sobre o racismo é de grande relevância, pois acho que o racismo é importante, fala e mostra as nossas raízes, onde a história brasileira não soube expor para os nossos descendentes. (prof. B)”.

Esta resposta leva a entender uma contradição na fala da professora quando a mesma diz ser o racismo importante. Mais uma vez volto a falar sobre a falta de informação dos educadores relacionados aos temas trabalhados. A formação teórica dos mesmos é restrita, sabem o malefício que o racismo, os preconceitos e as discriminações podem causar as pessoas, mas não tem subsídio para trabalhar a erradicação dos mesmos, e nem se quer sabem conceituá-los.

3.4 - Mediação didática: percepção da diversidade racial

Como forma de exercitar a prática pedagógica em sala de aula, utilizei os planejamentos com base no Almanaque pedagógico Afro brasileiro. O período de estágio aconteceu em 20 dias relativos no mês de novembro, com uma turma de treze alunos, na Escola Municipal Crispin Coelho, com idades aproximadas entre dez e treze anos, em sua maioria mulheres e mais da metade pertencia a cor negra.

Sabe-se que o trabalho com a valorização da cultura, da história Africana e afrobrasileira, bem como com questões raciais é complexo e exige muito cuidado, principalmente com alunos pré-adolescentes. As atividades do estágio foram preparadas com o objetivo de estimular e fazer com que os alunos conhecessem um pouco da história da África, da cultura Africana, e da influência da mesma no nosso Brasil. Para tanto foram usados documentários referentes aos principais personagens negros como, por exemplo, Zumbi; dentre outros. Foram utilizados filmes; dinâmicas; jogos; dança; construção de painéis; enfim atividades que estimulassem nos alunos conhecimentos referentes à África.

De início, como forma de apresentação e começo do estágio, apliquei uma primeira atividade de corte e colagem, que só foi concluída ao término do estágio, com um resultado agradável. Para a atividade com os alunos foram distribuídos vários livros e revistas para serem utilizadas como recortes. Cada aluno colava em uma folha de papel personagens que melhor simbolizassem os integrantes de suas famílias: pai, mãe, irmãos, e com os nomes de cada pessoa inclusive o do aluno. O resultado desta primeira parte da atividade terminou como eu imaginava, alunos negros por não aceitarem sua cor, colavam personagens brancas para simbolizá-lo. O preconceito imbuído dentro e fora da sala de aula é bem perceptível, não só entre brancos e negros como também com o próprio negro em sua construção identitária.

Esse fato aflorou nas colagens quando alunos negros se representam nas fotos como loiros, olhos verdes, cabelos lisos, negando suas características. Esta atividade me serviu de suporte para continuidade das outras.

No final do período do estágio, a mesma atividade foi colocada em prática, desta vez com o intuito de diagnosticar se o trabalho obteve um resultado satisfatório. Na aplicação da atividade, utilizei uma dinâmica que possibilitasse a troca dos personagens colados na folha de papel que simbolizava os alunos com toda a turma, isso para que eles além de não acharem a atividade repetitiva, tivessem acesso ao conhecimento da família do outro. Foi um trabalho interessante, e que me deixou ainda mais apaixonada pelo o meu tema monográfico.

Não foi fácil a aplicabilidade das atividades planejadas, diante de uma turma inquieta, e imbuída de preconceitos, não só com os negros, mas também com homossexuais, com prostitutas, enfim com várias outras discriminações que se apresenta na forma de piadas, chacotas e até agressões físicas. Fui firmando minha forma de trabalhar, pois nem tudo que tinha planejado em casa, deu certo pra ser colocado em prática na sala de aula.

No início do estágio tive muitas dificuldades, senti o quanto é complicado trabalhar assuntos referentes a preconceitos e discriminação. Relatos dos alunos me deixaram preocupada em relação ao meu tema. O meu medo era que os alunos saíssem da sala de aula com pensamentos contrários ao que eu estava tentando passar. Uma das alunas no momento da aula, em que se debatia sobre a cor negra, afirmou: "... Deus quando criou o mundo, criou também o homem, a mulher e os animais, e o negro, só existe porque queimou a maquina quando Deus ia fazendo o homem. Por isso o mundo não presta". **(E, 12 anos. branca).**

As palavras desta criança me chocaram. Vi nos seus olhos e tom de voz, a firmeza do seu preconceito relacionando as coisas ruins que existem no mundo com a existência do povo negro. Diante de colocações como esta, percebi o quanto trabalhar com esse tema era útil naquela sala.

Procurei trabalhar com atividades que estimulassem nos alunos o conhecimento e respeito à diferença, com este propósito saí do modelo que a maioria dos professores usam para trabalhar, o homogêneo, como se não existisse diferença entre os alunos em sala de aula. Tentando quebrar este tabu, trabalhei com o propósito da heterogeneidade, consciente de que na sala existiam crianças e pré-adolescentes com características

diferentes como: cor da pele, formato do cabelo, religião e culturas, mas com direitos iguais, principalmente com respeito às diferenças equivalentes a cada um, como afirma Munanga (2000; p.69):

Como a democracia é, ao mesmo tempo fundamento e finalidade do exercício, a educação deve proporcionar a formação de cidadãos que respeitem a diferença e que, sem perder de vista o caráter universal do saber e a dimensão nacional de sua identidade, tenham garantido o direito à memória e ao conhecimento de sua história.

Tomando por base fundamentos desse autor, apresentei de forma criativa e dinâmica, nas atividades do estágio, textos sobre a composição da pele do ser humano, em que constava a importância da cor, a melanina e os fatores que influenciavam na mesma. Como complemento apresentei em forma de música, a história do cabelo, suas várias formas e a importância da estrutura de cada tipo.

Este trabalho realizou-se em equipe e fez com que grande parte da turma se interessasse pelo assunto e participasse do debate. Surgiram várias perguntas, comentários, histórias que enfatizam a importância da cor da pele e a forma do cabelo. Por exemplo:

“Por que existem brancos e negros?”

“Por que existe tanto negro no Brasil?”

“Professora, quer dizer que a minha cor sendo preta eu tenho menos chance de ter alguma doença na pele?”

Algumas crianças negras em porcentagem mínima, afirmaram ter orgulho de sua cor, outros, preferiam ter a pele mais clara. De acordo com estes alunos, os negros têm menos possibilidades de passar de ano e participarem de concursos, por isso a preferência por uma pele mais clara. Um dos alunos de cor branca, afirma: “professora, poucas vezes tem negros trabalhando em supermercado, só encontro eles carregando feiras e caixas e mais caixas, eu também nunca vi um negro professor”. (F, 12 anos).

O exemplo acima demonstra claramente o espaço ocupado socialmente pela pessoa negra. Apesar de reconhecermos, pelo menos a nível do discurso, que a construção cultural, social e histórica das diferenças, da diversidade, é algo belo e que dá sentido à nossa existência, sabemos que, na prática, no jogo das relações de poder, as

diferenças socialmente construídas e que dizem respeito aos grupos sociais e étnicos menos favorecidos foram naturalizadas e transformadas em desigualdades. E desse modo que as diferenças convivem, ao longo dos séculos, de maneira conflituosa, pois se encontram no cerne das relações de poder, historicamente construídas.

Cavalleiro (2003), afirma ser várias as manifestações em que se comprova a existência de discriminações étnicas em relação aos negros. Uma delas está relacionada aos cargos desqualificados que vem em sua maioria acompanhado por salários que não são dignos aos esforços que o trabalho requer.

É sabido que a luta contra toda e qualquer forma de naturalização e estigmatização das diferenças tornou-se um dever não só das escolas, mas de toda a humanidade. O racismo e a discriminação são formas negativas de lidar com as diferenças e são atitudes desumanas.

Se quisermos que a escola se efetive como um direito social, precisamos garantir igualdade de oportunidade, de acesso ao conhecimento, de valorização da cultura e dos saberes sociais aos diferentes grupos só assim teremos uma educação justa e igualitária. Segundo Cavalleiro (2001, p.142):

Construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza, a marginalização; reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação constituem objetivos fundamentais da nossa República e constam no artigo 3º da constituição Federal.

Não há como fugir dessa realidade, vivemos numa diversidade cultural que está presente na nossa vida, na escola, na vida dos alunos, nos seus costumes, comportamentos, estética, estilo, músicas, em todas suas trajetórias.

Diante do que citei, referencio novamente a minha prática no estágio, quando disposta a trabalhar a diversidade racial em especial o aluno negro, realizei atividades com os alunos através dos símbolos africanos, ou melhor, com o alfabeto negro. Esse foi um dos trabalhos em que o índice de atenção foi alto em relação ao assunto, pois além de não conhecerem o alfabeto negro, os alunos se entusiasmaram com o estudo

sobre o significado de palavras com origem africana. Também foi possível a aplicação de um bingo, jogo da memória, com o objetivo de produzir conhecimentos relativos à África, além de serem confeccionadas as bandeiras brasileira e africana, murais de fotos de capoeiristas, baianas, entre outros. O tempo foi curto, mas desenvolveu-se um trabalho interessante e que merece continuidade.

Estas atividades proporcionaram aos alunos oportunidades variadas e significativas de leitura, pesquisa, produção textual e não textual que são aquelas produções manuais, ajudando, assim, no desenvolvimento do raciocínio, da criatividade e do senso crítico, além de descobrirem a contribuição real da cultura negra para a sociedade brasileira. Como diz Munanga (2000, p.8) os professores têm que:

(...) mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade e de enriquecimento da humanidade em geral; e por outro lado, em ajudar o aluno discriminado para que ele possa assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua diferença, sobretudo quando esta foi negativamente introjetada em detrimento de sua própria natureza humana.

O Brasil foi um país de escravos durante mais de 300 anos, e só há pouco tempo deixou de sê-lo, com todas as conseqüências que se pode imaginar da “união” desse cruzamento entre negros, índios, europeus e povos vindos de toda parte do mundo, formou-se então a nação brasileira. Como pode existir pessoas que se consideram de uma raça pura? Preconceitos de religião, posição política, escolha sexual e até aqueles contra os mais fracos e oprimidos, todos são proibidos por lei, mas continuam acontecendo diariamente

Desde as civilizações primitivas, o homem se organiza socialmente. Com base nisso, julga os demais pela condição social, cor da pele, e por sua história. A resistência a estas características como citado anteriormente é fruto de desconhecimento. Agindo assim, tudo continuará na mesma, ou seja, preconceitos e discriminações serão características que prevalecerão na nossa sociedade, só teremos um tratamento digno, respeitado e equânime, quando dispusermos de informações sobre o que pensamos não está no padrão de normalidade social. Enquanto isso, em vez de focalizarmos a “diferença”, devemos enfatizar o que o indivíduo traz de melhor em seu interior, e como diz Santos (1984), devemos nos despir destas características anatômicas de cor de pele,

textura de cabelos e vermos por dentro de cada indivíduo suas características humanas, independente de qual grupo faça parte.

CONSIDERAÇÕES

Relações raciais implicam em modificações, perdas e recriações no jeito de ser e de viver dos grupos que travam conhecimentos e mantêm convívio em situações de opressão ou de solidariedade. No Brasil, essas relações para os afrodescendentes foram, e ainda são de preconceitos, desenraizamento e até mesmo de perda a tradição de que são originários.

Para tratar da questão racial, é necessário que estejamos sensibilizados para o assunto. Caso contrário usaremos explicações do senso comum que, muitas vezes, podem reforçar preconceitos ao invés de colaborar para sua eliminação.

O grande desafio, que se põe aos sistemas de ensino, hoje, é reconhecer e valorizar as importantes contribuições que cada grupo étnico cultural, na sua diversidade, tem trazido para a nação brasileira, para a humanidade.

São várias as épocas e lugares que provam ser os acontecimentos históricos dos Africanos e Afro-brasileiros carregados de conseqüências, sejam elas positivas ou negativas. A história dos povos africanos e afrodescendentes não se deu paralela à história do Brasil, mas de forma simbiótica, portanto cabe alguns destaques como a implementação da Lei 10.639/03 que contribuirá para o reconhecimento dos povos Afro-brasileiros e para a história e cultura da África; as cotas para negros em cursinhos pré-vestibulares e nas Universidades, são propostas de intervenção pedagógicas na superação do racismo. Em momento de lutas pelos direitos sociais, medidas efetivas devem ser tomadas para a reversão da situação no âmbito educacional, se de fato, a escola quiser construir-se democrática.

Neste sentido, a educação deve ser voltada a permitir que os aprendizados direcionados aos alunos sejam no sentido do respeito aos valores e as diferenças entre eles, e desta forma procure extinguir dos pensamentos pontos negativos e ações que produzem preconceitos.

É sabido que trabalhando a diversidade racial e cultural no currículo, na formação dos professores, como meio de viabilizar a valorização e o respeito a cultura negra, com propostas alternativas para a produção de materiais didáticos e paradidáticos que contemplem os afro-brasileiros, são estratégias ainda pouco empreendidas, mas necessárias para que haja uma verdadeira democracia racial e não fique arraigada a apenas um mito.

Com essas considerações, concluo esse trabalho, buscando chamar a atenção de educadores para a complexidade da educação para a diversidade e na diversidade. Muito além dos procedimentos pedagógicos, é requerido de quem se propõe a ensinar nessa perspectiva, no caso particular dos negros, e não diferente dos povos indígenas, conhecer a história desses grupos, ser sensível aos seus sofrimentos, compreender sua visão de mundo e aliar-se as lutas por seus direitos.

Dentre estas considerações, justifico a continuidade deste trabalho, sempre objetivando a luta por uma sociedade democrática, onde o tratamento com negros, brancos, indígenas seja equânime, com uma escola em que os direitos sejam respeitados, onde alunos, professores, e demais funcionários possam entrar e sair sem que haja piadinhas pejorativas, e qualquer outra forma de desrespeito. Tomo como referência as palavras de Clarice Lispector (1999), que esta pesquisa possa florescer o desejo naqueles que façam sua leitura. Este é o desafio. Axé!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. 2004.

CAVALEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 2 ed. São Paulo:contexto,2003.

CAVALLLEIRO, Eliane dos Santos. Introdução. In: *Educação anti - racista: caminhos pela Lei Federal nº 10.639/ 03/ Secretaria de educação Continuada, Alfabetização e Diversidade*. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio escolar século XXI: O minidicionário da língua portuguesa*. Coordenação de edição, Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira: lexicografia, Maria dos Anjos... [et al]; 4.ed. revista ampliada- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Ricardo Franklin. *Afro descendente: identidade em construção*. São Paulo: EDVC; Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

FERNANDES, Dorgival G. *IR-REMEDIÁVEL CAMPO DE SONHOS DE FUTURO: representações sociais da escola entre jovens estudantes de escolas públicas no sertão nordestino*. 2003, 269 f. Tese (Doutorado em Educação)- Centro de Educação e Ciências Humanas Federal de São Carlos, São Carlos-SP.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e terra, 1996.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Como trabalhar com “raça” em sociologia*. Educação e pesquisa. São Paulo; v.29, n. 01. 2003.

ITANI, Alice. Vivendo o preconceito em sala de aula. In: AQUINO, Julio Groppa (org.): *Diferenças e preconceitos na escola*, alternativas teóricas e práticas. 2 ed. – São Paulo; Samus, 1998.

LISPECTOR, Clarice. *Uma aprendizagem, ou O Livro dos prazeres*. 19ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

MOURA, Cloves. *Historia do povo brasileiro*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1994.

MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. Brasília, ministério da Educação, secretaria de Educação Fundamental. 2000.

NÓVOA, Antônio. *Formação do professor e trabalho pedagógico*. Lisboa educa 2002.

PAULA, Adiltom de. Educar o Brasil com raças: “Das raças ao racismo que ninguém vê”. In: SANTOS, Gevanilda; SILVA, Maria Palmeira da. (org.). *Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito no século XXI*- ed. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

PENSADOR, Gabriel. 2000.

PERREIRA, João Baptista Borges. O negro e a identidade racial brasileira. In: OLIVEIRA de Iolanda. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; PINTO, Regina Pahin. HADDAD, Sergio (org.) *Racismo no Brasil*. São Paulo: Petrópolis: ABONG, 2002.

PESSANHA, Márcia Maria de Jesus. O negro na congruência da educação e da literatura. In: OLIVEIRA, Iolanda de. (org.). *Relações raciais e educação – novos desafios*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. Almanaque Pedagógico Afrobrasileiro. Minas Gerais ; NZINGA/ Mazza ed. 2004.

SANTOS, Joel Rufino dos. *O que é racismo*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

SANTOS, Sales Augusto dos. A lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento negro. In: *Educação anti - racista: caminhos pela Lei Federal nº 10.639/03*/ Secretaria de educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

SANTOS, Risomar Alves dos. *Formação de Professores e diversidade racial: concepções*. 2007 (texto digitalizado).

SACRISTÁN, J. Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Tradução de Ermani F. da F. Rosa. 3 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SILVA, Maria Palmeira da. Identidade racial brasileira. In: SANTOS, Gevanilda. (org.). *Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito no século XXI*- 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da educação, secretaria da Educação Fundamental. 2000.

SILVA, Rebeca de Alcântara. Algumas considerações sobre o racismo brasileiro, e suas conseqüências. In: VASCONCELOS, José Gerard. *Diversidade na pesquisa Educacional*. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

SOUZA, Sergio da Rocha. O pré-vestibular para negros como instrumento de política compensatória - o caso do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Iolanda de. *Relações raciais e educação*- novos desafios. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. Identidade e racismo: e ancestralidade africana reelaborada no Brasil. In: OLIVEIRA de Iolanda. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. PINTO, Regina Pahim. HADDAD, Sergio (org.). *Racismo no Brasil*. São Paulo: AGONG, 2002.

ANEXOS

Presidência da República
Casa civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003

Mensagem de veto

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

EU, PRESIDENTE DA REPUBLICA, Faço saber que o congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A, e 79-B:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra Brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômicas e políticas pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

§ 3º (VETADO)”

“Art. 79-A. (VETADO)”

“Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional a Consciência Negra’.”

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcante Buarque.

I- QUESTIONÁRIO DE PESQUISA MONOGRÁFICA

TEMA: Racismo, Preconceito e Discriminação: dialogo com professores e alunos.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CAJAZEIRAS-PARAIBA**

Caro professor (a),

Solicitamos que responda o questionário que segue. O mesmo faz parte de um estudo referente às relações raciais no âmbito educacional, que culminara em um trabalho monográfico, indispensável para a conclusão do curso de pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/CFP).

Ressaltamos que as respostas servirão apenas para fins acadêmicos, e suas identidades serão mantidas em absoluto sigilo.

Esperamos contar com a sua colaboração.

Atenciosamente,

Zailene de Aquino Carolino.

Questionário

Formação:

Série que leciona:

Tempo que atua como professor (a):

Sua classificação em termo racial:

1. A escola disponibiliza recursos para trabalhar a temática do racismo em sala de aula, com uma freqüência:

- Totalmente satisfatória.
- Muito satisfatória
- Satisfatória.
- Pouco satisfatória.
- A escola não disponibiliza de recursos.

2. Em sua sala de aula, são trabalhadas atividades com relação ao racismo e ao preconceito, de forma:

- Totalmente satisfatória.
- Muito satisfatória. Procuo sempre me atualizar, para estar apta a trabalhar este assunto.
- Satisfatória.
- São poucas as vezes que trabalho este assunto.
- Não trabalho este assunto.

3. Em sala de aula, o debate sobre preconceito e racismo é considerado em sua opinião:

- Totalmente satisfatória.
- Muito satisfatória.
- Satisfatória.
- Pouco se discute este tema.
- Não existe este tipo de debate em sala de aula.

4. A quantidade de crianças negras matriculadas nesta escola é:

- Totalmente satisfatória.
- Muito satisfatória.
- Satisfatória.
- Pouco satisfatória. São poucas as crianças negras aqui matriculadas.
- Insatisfatória. Não temos crianças negras matriculadas nesta instituição.

5. A convivência multiétnica, é um assunto tratado nas reuniões pedagógicas de modo:

- Totalmente satisfatória.
- Satisfatória.
- Pouco se discute esta temática.
- Não se discute este assunto.
- Não conheço este assunto.

6. Referente ao seu conhecimento sobre a Lei 10.639/2003, você se considera:

- Totalmente satisfatória.
- Muito satisfatória.
- Satisfatória.
- Pouco satisfatória.
- Não conheço.

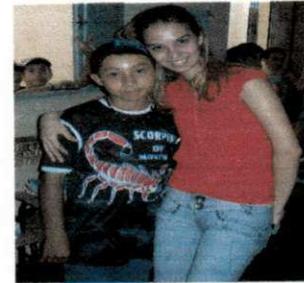
7. Em sua opinião, qual seria o caminho importante para igualdade racial e combate as injustiças sociais?

8. É possível perceber em sala de aula, algum tipo de discriminação racial entre os alunos? Qual o seu comportamento diante de um caso desses?

9. Qual seria a sua contribuição para a construção de uma sociedade menos preconceituosa?

10. Qual sua opinião sobre o Racismo?

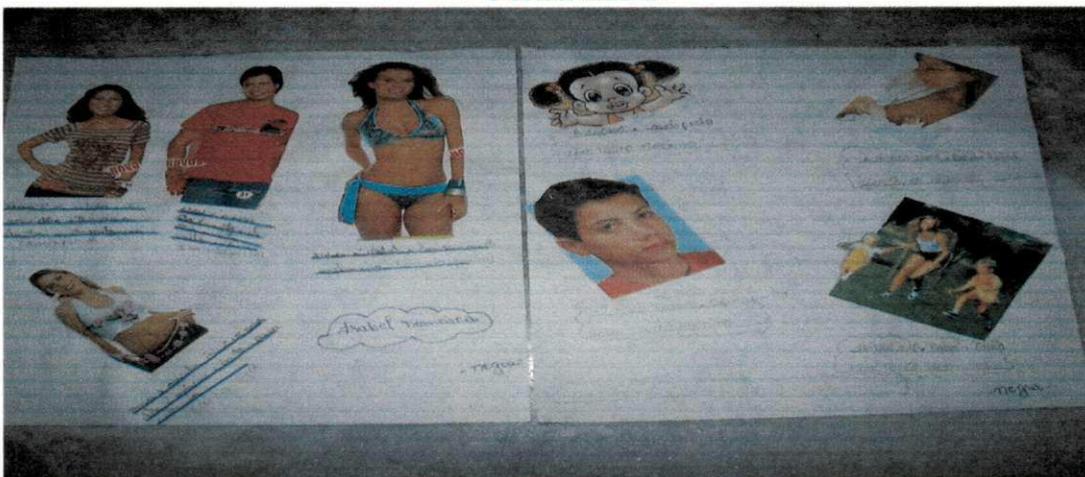
Principais agentes deste trabalho monográfico: alunos e professoras.



Exemplo de uma das atividades desenvolvida no período do estágio:

Colar na folha de papel personagens que melhor simbolize as características dos integrantes de sua família (pai, mãe e irmãos).

Resultado



Aluna negra

Aluna negra